



ANALISTA PREVIDENCIÁRIO

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 10
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	11 a 20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	21 a 50

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

ATENÇÃO: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Sou o chão que se prende à tua casa.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

- 1 Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, peça ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
- 2 Este caderno contém **50 questões** objetivas. Cada questão apresenta **quatro** alternativas de resposta, das quais apenas **uma** é correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta que julgar correta.
- 3 O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique-o ao aplicador de prova.
- 4 Preencha integralmente um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA fabricada em material transparente. Dupla marcação implica anular a questão.
- 5 Esta prova terá a duração de **quatro** horas, incluídos nesse tempo os avisos, a coleta de impressão digital e a transcrição para o cartão-resposta.
- 6 Iniciada a prova, você somente poderá retirar-se do ambiente de realização da prova após decorridas **duas** horas de seu início e mediante autorização do aplicador de prova. Somente será permitido levar o caderno de questões após **três** horas do início das provas, desde que permaneça em sala até esse instante. É vedado sair da sala com quaisquer anotações antes deste horário.
- 7 Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer no recinto, sendo liberados após a entrega do material utilizado por eles e terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual irão apor suas respectivas assinaturas.
- 8 Ao terminar sua prova entregue, obrigatoriamente, o cartão-resposta ao aplicador de prova.

CONCURSO PÚBLICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto 1 para responder às questões de 01 a 08.

Texto 1

O muro de Berlin visto de baixo

Uma balada do poeta alemão Theodor Fontane (1819-1898) narra a história de um velho e generoso nobre, o sr. von Ribbeck. No pomar de von Ribbeck, na cidade de Ribbeck, havia uma pereira frondosa, cujos frutos maduros ele distribuía às crianças pobres, no outono. Dizem os versos de Fontane que o previdente velho, cujo herdeiro era um avaro, antes de morrer pediu para ser enterrado junto com uma pera.

O filho, conforme o velho von Ribbeck imaginara, deixou de distribuir as frutas do pomar, mas três anos depois da sua morte, a pera que com ele descera ao túmulo germinou para se transformar numa árvore, em meio ao cemitério. Os meninos e as meninas pobres, então, passaram a colher as frutas desta pereira mítica, ouvindo os sussurros fantasmagóricos do finado.

A balada de Fontane foi o pretexto para o surgimento de um verdadeiro culto às pereiras em Ribbeck, a 40 km de distância de Berlim, no território da ex-Alemanha Oriental. Em 1990, depois da queda do Muro de Berlim, uma caravana de abastados alemães-ocidentais pôs-se a caminho da cidadezinha.

A bordo de seus reluzentes e possantes automóveis, que provocavam olhares arregalados nos camponeses locais, levavam uma muda de pereira para plantar na cidade. E como a provar que sua generosidade não se destinava, como a do velho nobre da balada de Fontane, só ao futuro, levavam também, para consumo imediato, centenas de litros de cerveja e sopa de ervilhas, quilos de salsichas, centenas de canetas esferográficas, e – por que não? – caixas e mais caixas de aguardente de pera, para distribuir aos camponeses pobres do Leste.

O momento de encontro entre os generosos e consumistas ocidentais e os orientais endurecidos pelas décadas de opressão do regime comunista é o pretexto para o escritor alemão Friedrich Christian Delius colocar-se na pele de um camponês de Ribbeck.

“As Peras de Ribbeck”, que acaba de ser lançado em versão portuguesa, é um longo monólogo anônimo. À maneira do poema de Fontane (que está na primeira página do livro), é também uma longa balada – só que em prosa. De um só fôlego vão se desenrolando, como numa anamnese psicanalítica, os infundáveis ciclos de opressão e de sofrimento a que este personagem anônimo, seus familiares, vizinhos e antepassados foram sujeitos ao longo dos últimos séculos.

O texto tem a monotonia das liturgias e o poder sugestivo do discurso oral. Da opressão feudal à guerra franco-prussiana; da invasão sueca à ascensão de Hitler; da vitória dos russos sobre o nazismo à implantação do comunismo alemão-oriental, e deste à chegada dos abastados irmãos do Oeste, são

gerações de vítimas que desfilam, num dramático, porém sincero, rio de lamúrias.

Com tal passado nas costas, não espanta que as generosas oferendas dos ocidentais e as benesses prometidas pela sociedade de consumo sejam recebidas com grande desconfiança. E não surpreende que o personagem anônimo não possa conceber seu futuro senão como uma continuação da desastrosa sequência de sofrimentos das gerações passadas. Ao colocar monólogo na boca de um "eu" coletivo, polifônico, Delius retoma um recurso já usado pelos trágicos gregos: o coro, que tradicionalmente representa a voz do bom senso, da moderação, a vox populi.

O livro chega ao leitor brasileiro com atraso, quando muito do impacto dos acontecimentos nele registrados já se perdeu. Mas é uma obra literária que se autossustenta e não depende de “reforços” externos. Vem numa tradução de primeira qualidade, que proporciona ao leitor de língua portuguesa um excelente contato com a nova literatura alemã.

KRAUSZ, LUIS S. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs020329.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

— QUESTÃO 01 —

Com base nas ideias desenvolvidas ao longo do texto, a palavra “balada” no primeiro parágrafo se refere contextualmente a

- (A) uma poesia narrativa de caráter épico que também apresenta traços da oralidade.
- (B) uma peça musical escrita que alterna partes declamadas lentamente.
- (C) um espaço dramático ambientado à noite, relacionado à dança e ao consumo de bebida alcoólica.
- (D) um relatório científico a respeito do comportamento humano em situação de vulnerabilidade.

— QUESTÃO 02 —

Que fato confirma a qualificação de o sr. von Ribbeck como um homem previdente?

- (A) A distribuição de peras durante o outono.
- (B) A colheita das peras do cemitério por pessoas carentes.
- (C) A queda do Muro de Berlin.
- (D) A associação de seu nome à filantropia.

— QUESTÃO 03 —

No trecho, “Da opressão feudal à guerra franco-prussiana; da invasão sueca à ascensão de Hitler; da vitória dos russos sobre o nazismo à implantação do comunismo alemão-oriental”, no sétimo parágrafo, o emprego da crase está relacionado à delimitação

- (A) de fatos históricos.
- (B) dos espaços físicos.
- (C) de modos de realização.
- (D) do tempo cronológico.

— **QUESTÃO 04** —

A intertextualidade é um importante recurso de progressão temática do texto de Krausz e se estabelece através da

- (A) citação.
- (B) metonímia.
- (C) tradução.
- (D) paráfrase.

— **QUESTÃO 05** —

Quanto ao sentido, o enunciado “passaram a colher as frutas desta pereira mítica, ouvindo os sussurros fantasmagóricos do finado”, no segundo parágrafo, auxilia na produção do efeito de

- (A) denúncia social.
- (B) desabafo político.
- (C) mistério.
- (D) alerta.

— **QUESTÃO 06** —

Segundo o texto 1, o texto de Delius se diferencia formalmente do texto de Fontane porque “As Peras de Ribbeck”

- (A) é uma espécie de sermão religioso.
- (B) foi escrito em prosa.
- (C) apresenta diálogos sem identificação.
- (D) foi escrito originalmente em língua portuguesa.

— **QUESTÃO 07** —

Na sequenciação das ideias no texto, a construção “e - por que não?”

- (A) introduz uma contraexpectativa.
- (B) recupera literalmente uma ideia anterior.
- (C) nega a informação seguinte.
- (D) resume todas as ideias do parágrafo.

— **QUESTÃO 08** —

Qual é a temática do texto de Delius?

- (A) A pronta generosidade dos alemães do Oeste.
- (B) A necessidade de se esquecer um passado de opressão.
- (C) A reunificação alemã do ponto de vista dos oprimidos.
- (D) A repetição dos fatos históricos ao longo do tempo.

Leia o texto 2 para responder à questão 09.

Texto 2



Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/album/2013/11/09/relembre-em-25-fotos-a-queda-do-muro-de-berlim.ht>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

— **QUESTÃO 09** —

Quanto à imagem retratada, o texto 2 apresenta a queda do muro de Berlin como uma

- (A) ação política, irresponsável e sem limites.
- (B) ação histórica decorrente da força física.
- (C) pequena fenda cuja transposição é impossível.
- (D) grande vitória, sem distinção de vencido ou vencedor.

Releia os textos 1 e 2 e responda à questão 10.

— **QUESTÃO 10** —

Qual importante consequência da queda do Muro de Berlin, tratada no texto 1, é enfatizada na imagem representada no texto 2?

- (A) A disseminação do capitalismo em toda a Alemanha.
- (B) A livre circulação de pessoas entre as áreas ocidental e oriental da capital alemã.
- (C) O conhecimento do passado de opressão vivido pelos alemães.
- (D) O predomínio da sociedade de consumo.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

— QUESTÃO 11 —

Em consonância com o teor da Lei Complementar n. 010/2005, que dispõe sobre a adequação do Regime Próprio de Previdência Social de Aparecida de Goiânia, ocorre a perda da condição de segurado nas seguintes hipóteses:

- (A) falecimento; remoção; licença para fins particulares; interrupção do recolhimento das contribuições por 3 (três) meses consecutivos.
- (B) falecimento; recebimento de licença-saúde; exoneração após processo administrativo disciplinar; interrupção do recolhimento das contribuições.
- (C) falecimento; exoneração ou demissão; cassação de aposentadoria ou de disponibilidade; interrupção do recolhimento das contribuições.
- (D) falecimento; redistribuição; cassação de aposentadoria; interrupção do recolhimento das contribuições.

— QUESTÃO 12 —

Os segurados do APARECIDAPREV, elencados no art. 7 da Lei Complementar n. 014/2006, para efeitos do Plano de Custeio, serão subdivididos nos Grupos 1 e 2. O Grupo 2 será composto de

- (A) segurados ativos e seus dependentes, quando beneficiários de pensão, não referenciados no Grupo 1, que completarem os requisitos necessários para a entrada em gozo de benefício previdenciário a partir de 01/01/2017; bem como todos os segurados efetivados no Município que ingressarem após a entrada em vigor desta Lei.
- (B) segurados inativos e pensionistas atuais que estejam em gozo de benefícios previdenciários concedidos pelo Regime de Previdência dos Servidores do Município de Aparecida de Goiânia.
- (C) segurados ativos que completarem os requisitos necessários para entrar em gozo de benefício previdenciário de aposentadoria e seus dependentes, que entrarem em gozo de pensão por morte até 31/12/2016.
- (D) segurados ativos e inativos que completarem os requisitos necessários para entrar em gozo de benefício previdenciário de aposentadoria, independentemente de formalizarem o requerimento administrativo perante o órgão competente.

— QUESTÃO 13 —

Conforme a Lei Complementar n. 011/2005, os proventos de aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que

- (A) modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades.
- (B) modificar a remuneração dos servidores que tenham ingressado no serviço público até 16 de dezembro 1998.
- (C) modificar a remuneração dos servidores ativos, não sendo permitido estender aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades.
- (D) modificar a remuneração dos servidores que tenham ingressado no serviço público a partir de 16 de dezembro 1998.

— QUESTÃO 14 —

Segundo a Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia, a ação administrativa do Poder Executivo será organizada segundo os critérios de

- (A) descentralização, eficiência e produtividade.
- (B) descentralização, isonomia e razoabilidade.
- (C) descentralização, regionalização e participação popular.
- (D) isonomia, razoabilidade e proporcionalidade.

— QUESTÃO 15 —

A Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia relaciona os tributos de competência municipal no art. 86. Dentre os tributos arrolados no referido artigo, tem-se:

- (A) a contribuição social sobre o lucro líquido, cobrada de seus servidores, para o custeio do sistema de previdência.
- (B) a contribuição previdenciária, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social.
- (C) a contribuição social para financiamento da seguridade social, cobrada de seus servidores, para o custeio do sistema de previdência e assistência.
- (D) o programa de integração social e o programa de formação do patrimônio do servidor público, cobrados de seus servidores para o custeio do sistema de previdência.

— QUESTÃO 16 —

De acordo com o art. 78, parágrafo 9 da Lei Complementar n. 10/2005, alterado pela Lei Complementar n. 22/2009, o Plano de Custeio do APARECIDAPREV será revisto, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial, periodicamente, a cada

- (A) trimestre.
- (B) bimestre.
- (C) semestre.
- (D) ano.

— QUESTÃO 17 —

O Decreto n. 221/2016 alterou o art. 80 da Lei Complementar n. 10/2005 no que tange às alíquotas de contribuições previdenciárias. Conforme a mencionada alteração, a alíquota contributiva previdenciária total deverá ser de

- (A) 22,50%, sendo 11,50% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,00%.
- (B) 22,50%, sendo 11,00% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,50%.
- (C) 22,00%, sendo 11,00% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,00%.
- (D) 23,00%, sendo 11,50% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,50%.

— QUESTÃO 18 —

Em observância ao teor do Decreto n. 4.942/2003, que regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas entidades fechadas, o autuado poderá apresentar defesa à Secretaria de Previdência Complementar, contado da data do recebimento da notificação, no prazo de

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.

— QUESTÃO 19 —

O Decreto n. 4.942/2003 estabelece que a autoridade competente para julgar o auto de infração é o Secretário de Previdência Complementar. Conforme teor do referido decreto, a decisão-notificação trata-se de

- (A) documento destinado ao registro de ocorrência de infração praticada no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- (B) instrumento utilizado por qualquer pessoa física ou jurídica para noticiar, perante a Secretaria de Previdência Complementar, a existência de suspeita de infração às disposições legais ou disciplinadoras das entidades fechadas de previdência complementar.
- (C) documento pelo qual uma autoridade ou órgão do poder público, ao tomar ciência de irregularidade praticada no âmbito da entidade fechada de previdência complementar ou de seus planos de benefícios, comunica o fato à Secretaria de Previdência Complementar em relatório circunstanciado, para registro e apuração.
- (D) documento pelo qual se dá ciência ao autuado do resultado do julgamento do auto de infração.

— QUESTÃO 20 —

O conceito doutrinário de dependência econômica previdenciária enuncia como dependente aquele que vivia às expensas do segurado. Além do referido conceito, sabe-se que, para ser considerado dependente econômico, o sujeito deve estar inserido no rol da legislação específica. No art. 9, parágrafo 9, da Lei Complementar n. 10/2005 tem-se como presumida a dependência econômica

- (A) dos irmãos não emancipados, menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos.
- (B) do cônjuge, da companheira ou companheiro e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos, ou inválido.
- (C) dos pais, irmãos não emancipados, menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos.
- (D) do cônjuge, dos pais e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos, ou inválido.

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – Direito Constitucional

— QUESTÃO 21 —

De acordo com o sentido político, a Constituição é a decisão política fundamental porque representa não as normas legais que contém, mas sim a decisão política que a embasa e fundamenta. Este sentido de constituição política foi idealizado por

- (A) Ferdinand Lassalle.
- (B) Hans Kelsen.
- (C) Carl Schmitt.
- (D) Montesquieu.

— QUESTÃO 22 —

Analise os dispositivos constitucionais a seguir.

Art. 1. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

(...)
IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5, VIII;

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

(...)
VI - os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

Quanto à sua eficácia, essas normas classificam-se, respectivamente, como:

- (A) plena, limitada e contida.
- (B) plena, contida e limitada.
- (C) limitada, contida e programática.
- (D) contida, plena e limitada.

— QUESTÃO 23 —

Nos termos da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- (A) assegurar a prevalência dos direitos humanos.
- (B) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (C) garantir a dignidade da pessoa humana.
- (D) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

— QUESTÃO 24 —

A atual Constituição brasileira é a mais abrangente e extensa de todas as anteriores no que concerne aos direitos e garantias fundamentais, indispensáveis para assegurar a todos uma existência digna, com liberdade e igualdade. Assim, sobre os direitos e garantias fundamentais, a Lei Magna brasileira assegura que

- (A) qualquer cidadão é parte legítima para propor habeas corpus que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, dependendo de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido prévio aviso à autoridade competente.
- (C) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (D) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em um único turno, por um terço dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

— QUESTÃO 25 —

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a competência para legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde é

- (A) exclusiva da União.
- (B) privativamente da União.
- (C) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- (D) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

— QUESTÃO 26 —

A Emenda Constitucional n. 58, que acresceu o artigo 29-A à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dispõe que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior será de

- (A) 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes.
- (B) 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) para municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes.
- (C) 8% (oito por cento) para municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes.
- (D) 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) para municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes.

— QUESTÃO 27 —

Nos termos do texto constitucional, o Estatuto da Magistratura é de iniciativa do Supremo Tribunal Federal devendo ser regulamentado mediante

- (A) Medida Provisória.
- (B) Decreto Legislativo.
- (C) Lei Complementar.
- (D) Lei Ordinária.

— QUESTÃO 28 —

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dentre as atribuições do Presidente da República, qual é passível de delegação?

- (A) Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- (B) Conferir condecorações e distinções honoríficas.
- (C) Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.
- (D) Nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição, e o Advogado-Geral da União.

— RASCUNHO —

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – Direito Administrativo

— QUESTÃO 29 —

A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá a princípios, entre esses, são preceitos constitucionais expressos norteadores da atuação administrativa a

- (A) impessoalidade, legalidade, moralidade, eficiência e publicidade.
- (B) impessoalidade, motivação, legalidade, conveniência e revogabilidade.
- (C) legalidade, moralidade, eficiência, motivação e conveniência.
- (D) legalidade, impessoalidade, motivação, conveniência e eficiência.

— QUESTÃO 30 —

Poder de Polícia nada mais é do que a prerrogativa da Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens e atividades. O conceito do poder em comento tem sede

- (A) na doutrina, não se encontrando positivado no ordenamento jurídico brasileiro.
- (B) na jurisprudência, não se encontrando positivado no ordenamento jurídico brasileiro.
- (C) na Lei n. 5.172, de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional.
- (D) na Lei n. 9.784, de 1999, que regulamenta o processo administrativo em âmbito federal.

— QUESTÃO 31 —

Concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. Segundo o que dispõe a Lei n. 8.987, de 1995, é adequado o serviço que satisfaz as condições de:

- (A) regularidade, continuidade, pontualidade, segurança, generalidade, cortesia na sua prestação e tarifas a preço de mercado.
- (B) equilíbrio entre o interesse público e o privado, pautando-se na pontualidade, segurança, cortesia na prestação e tarifas a preços módicos.
- (C) equilíbrio entre o interesse público e o privado, pautando-se na pontualidade, segurança, cortesia na prestação e tarifas a preço de mercado.
- (D) regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

— QUESTÃO 32 —

A Administração Pública pode retirar um ato administrativo do ordenamento jurídico baseando-se no interesse público ou, ainda, promover sua anulação quando incompatível com as normas. Nesse sentido, o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal dispõe que:

- (A) a administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anular, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (B) a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (C) a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitando-se a expectativa de direito, sendo vedado, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (D) a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam impróprios, porque deles se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sendo vedado, em todos os casos, a apreciação judicial.

— QUESTÃO 33 —

O Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Aparecida de Goiânia – APARECIDAPREV, que teve sua criação autorizada em 20 de junho de 2005 pela Lei Complementar n. 010, quanto a seu regime jurídico é uma

- (A) autarquia municipal, com personalidade jurídica de direito público interno, pertencente à administração indireta.
- (B) autarquia municipal, com personalidade jurídica de direito público interno, pertencente à administração direta.
- (C) fundação municipal, com personalidade jurídica de direito público interno, pertencente à administração direta.
- (D) fundação municipal, com personalidade jurídica de direito público interno, pertencente à administração indireta.

— QUESTÃO 34 —

Leia a situação hipotética a seguir.

A União, utilizando-se de uma lei ordinária genérica, que tratava de inúmeras matérias, autorizou a instituição de uma fundação pública. Na norma, estava expresso que a área de atuação da entidade seria definida por lei complementar.

Calculado na situação exposta e observando o critério constitucional para criação das pessoas jurídicas integrantes da administração indireta conclui-se que a

- (A) área de atuação da fundação pública, atendendo ao princípio da moralidade, deveria ter sido definida na lei que autorizou a instituição.
- (B) fundação não apresenta qualquer vício de ordem constitucional ou infraconstitucional em relação à autorização para sua instituição.
- (C) instituição da fundação não poderia ter sido autorizada por lei genérica, que trata de diversas matérias, mas somente por lei específica.
- (D) área de atuação da fundação pública, atendendo ao princípio da eficiência, poderia ter sido definida na lei que autorizou a instituição.

— QUESTÃO 35 —

A Lei n. 8.666, de 1993, regulamenta a Constituição Federal de 1988 e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Segundo o que ela estabelece, subordinam-se a seu regime:

- (A) os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, excetuando-se a administração direta.
- (B) os fundos especiais, as organizações religiosas, as autarquias, as fundações, as associações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e entidades apoiadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além dos órgãos da administração direta.
- (C) os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades apoiadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, excetuando-se a administração direta.
- (D) os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além dos órgãos da administração direta.

— QUESTÃO 36 —

A Lei n. 9.784, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, determina que o direito da Administração anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários

- (A) prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (B) prescreve em cinco anos, contados da data em que foram publicados oficialmente.
- (C) decai em cinco anos, contados da data em que foram publicados oficialmente.
- (D) decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

— RASCUNHO —

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – Direito Previdenciário

— QUESTÃO 37 —

No que tange à evolução histórica do Direito Previdenciário no Brasil, não obstante a existência de decretos anteriores, a doutrina majoritária considera, como marco inicial da Previdência Social no Brasil, a Lei Eloy Chaves (Decreto legislativo n. 4.682 de 24.1.1923), que criou:

- (A) as Caixas de Aposentadoria e Pensões nas empresas de estradas de ferros existentes no Brasil.
- (B) os Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos, dos Comerciantes, dos Bancários e dos Empregados em transportes de carga.
- (C) o Regulamento Geral das Caixas de Aposentadorias e Pensões, padronizando a concessão de benefícios.
- (D) o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

— QUESTÃO 38 —

Leia a afirmação a seguir.

A Previdência Social baseia-se, fundamentalmente, na solidariedade entre os membros da sociedade.

ROCHA, Daniel Machado da. *O direito fundamental à Previdência Social na perspectiva dos princípios constitucionais diretos do sistema previdenciário brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. p. 45.

Com base nesta declaração, o princípio da solidariedade no Direito Previdenciário, consiste

- (A) na interpretação que melhor atenda à função social, protegendo aquele que depende das políticas sociais para sua subsistência.
- (B) na entrega das ações, prestações e serviços de seguridade social a todos os que necessitem.
- (C) no bem-estar coletivo, através do dever dos indivíduos recolherem tributos, ainda que não haja qualquer possibilidade de contrapartida em prestações.
- (D) nos idênticos benefícios e serviços para os mesmos eventos cobertos pelo sistema.

— QUESTÃO 39 —

O custeio da Seguridade Social tem íntima ligação como princípio do equilíbrio financeiro e atuarial. Neste contexto, a regra da contrapartida tem especial relevância para manter as condições de concessões das prestações securitárias e evitar déficits. Essa regra consiste

- (A) no mandamento constitucional de que ninguém pode escusar-se de recolher contribuição social, caso a lei estabeleça alguma situação para tanto.
- (B) na participação dos indivíduos pertencentes à sociedade no financiamento do sistema de seguridade.
- (C) na exigência das contribuições sociais após noventa dias, posteriormente à lei que as instituiu ou majorou.
- (D) no impedimento constitucional de ser criado, majorado ou estendido benefício ou serviço a categorias de segurado, sem que haja a correspondente fonte de custeio total.

— QUESTÃO 40 —

No Brasil, há regimes básicos obrigatórios de previdência, também chamados de regimes públicos. A Constituição Federal, no art. 40, confere tratamento diferenciado aos agentes públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como aos das autarquias e fundações públicas, ao prever a instituição de regime previdenciário

- (A) próprio.
- (B) geral.
- (C) de capitalização individual.
- (D) complementar.

— QUESTÃO 41 —

Consubstanciado pelo princípio da seletividade da cobertura e do atendimento, a Constituição prevê, no Regime Geral, quais são os eventos causadores de necessidade social, denominada pela doutrina clássica de riscos sociais. Neste contexto, o Regime Geral de Previdência Social deve prestar, nos termos da lei, cobertura aos eventos de

- (A) auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de contribuição, salário-maternidade, salário-família, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, pensão por morte e auxílio-reclusão.
- (B) doença, invalidez, morte e idade avançada; proteção à maternidade, especialmente à gestante; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; salário-família para segurados de baixa renda; auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; pensão por morte aos dependentes.
- (C) doença, invalidez, morte e idade avançada; aposentadoria por tempo de contribuição, salário-maternidade, salário-família, aposentadoria especial e auxílio-reclusão.
- (D) doença, invalidez, morte e idade avançada; proteção à maternidade, especialmente à gestante; proteção ao trabalhador em situação de solicitação de demissão; salário-família para segurados de baixa renda; auxílio-reclusão para os segurados de baixa renda; pensão por morte aos dependentes.

— QUESTÃO 42 —

Leia a situação hipotética a seguir.

J. P., hoje servidor público municipal, exerceu, antes da admissão em cargo público, a atividade de professor em uma instituição de ensino privada. J. P. deseja averbar o tempo não concomitante prestado como professor junto ao Regime Próprio de Previdência Social para computar o lapso exigido para a aposentadoria.

De acordo com esta situação, a averbação do tempo

- (A) poderá ocorrer em virtude do instituto da compensação financeira.
- (B) não poderá ocorrer, pois o segurado que filiar-se e reverter contribuições a um determinado regime previdenciário deverá preencher os requisitos para aposentar-se no respectivo regime a que estiver vinculado.
- (C) poderá ocorrer em virtude do instituto da contagem recíproca e da compensação financeira.
- (D) não poderá ocorrer, haja vista o STF ter reconhecido a impossibilidade de cômputo de tempo trabalhado em diferentes regimes previdenciários.

— QUESTÃO 43 —

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) é uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, com atuação em todo território nacional. Compete a essa autarquia

- (A) apreciar e julgar, encerrando a instância administrativa, os recursos interpostos contra decisão do Conselho Nacional de Previdência Complementar.
- (B) exercer a função de órgão regulador do regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- (C) atuar como entidade de fiscalização e de supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar, operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- (D) acompanhar e avaliar os recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos das entidades abertas de previdência complementar.

— QUESTÃO 44 —

Considerando o Regime Próprio de Previdência Social, a concessão de aposentadoria é ato a ser praticado

- (A) pelo órgão competente dentro de cada ente federativo, na forma da legislação pertinente.
- (B) pelo órgão federal, estadual, municipal ou distrital, únicos e centrais, definidos pelo chefe do Poder Executivo do respectivo ente federativo.
- (C) pela autarquia ou empresa pública com essa função específica de gestora dos benefícios previdenciários.
- (D) pelo Tribunal de Contas de cada ente federativo.

— QUESTÃO 45 —

A falsificação ou alteração de documento público contra a Previdência Social, que consiste em falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro, é crime contra a Seguridade Social e consta no art. 297, parágrafos terceiro e quarto do Código Penal. Neste caso, conforme parágrafo segundo do mencionado artigo, se o agente for funcionário público, e cometer o crime prevalecendo-se do cargo, a pena será aumentada em

- (A) 1/6
- (B) 1/5
- (C) 1/4
- (D) 1/3

— QUESTÃO 46 —

O estelionato previdenciário decorre de previsão do art. 171 do Código Penal, que se consumará quando

- (A) o agente insere ou faz inserir, na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita.
- (B) o agente deixa de repassar à Previdência Social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e na forma legal ou convencional.
- (C) o agente obter para si ou outrem vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento contra a Previdência Social.
- (D) o agente suprime ou reduz contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante condutas tipificadas em lei.

— QUESTÃO 47 —

Leia o caso a seguir.

A. C., analista previdenciário do APARECIDAPREV, servidor titular de cargo efetivo do Município de Aparecida de Goiânia, foi cedido para trabalhar na GOIASPREV, órgão público estadual, por período determinado.

Neste contexto, conforme Lei n. 9.717/1998, A. C.

- (A) estará vinculado ao regime próprio do estado de Goiás, contudo, reverterá contribuições ao regime próprio de origem, durante todo o período de trabalho na GOIASPREV.
- (B) ser-lhe-á facultado contribuir para o regime próprio do estado de Goiás ou manter as contribuições para o regime próprio de origem, durante todo o período de trabalho na GOIASPREV.
- (C) estará vinculado ao regime próprio do estado de Goiás, durante todo o período de trabalho na GOIASPREV.
- (D) permanecerá vinculado ao regime próprio de origem, durante todo o período de trabalho na GOIASPREV.

— QUESTÃO 48 —

No caso de extinção de regime próprio de previdência social de algum dos entes federativos, restará a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social. Conforme a Lei n. 9.717/1998, quem assumirá a responsabilidade por tais pagamentos?

- (A) A União.
- (B) O regime próprio sucessor.
- (C) O ente federativo que teve o RPPS extinto.
- (D) O Ministério da Previdência Social.

— QUESTÃO 49 —

A Lei n. 10.887/2004 enuncia que, no cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a

- (A) 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
- (B) 50% (cinquenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
- (C) 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 2004 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
- (D) 70% (setenta por cento) das maiores contribuições desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

— QUESTÃO 50 —

Caso as contribuições sociais dos servidores públicos ativos de quaisquer dos Poderes da União, incluídas as suas autarquias e fundações, não sejam recolhidas no prazo previsto no parágrafo primeiro do art. 8-A da Lei n. 10.887/2004 serão aplicados

- (A) os acréscimos de mora previstos para os tributos federais, e sujeitará o responsável às sanções penais e administrativas cabíveis.
- (B) os acréscimos de juros moratórios e compensatórios previstos para os tributos federais, e sujeitará o responsável às sanções penais e administrativas cabíveis.
- (C) os acréscimos de valores retidos nas folhas de pagamento dos servidores, sujeitando o responsável às sanções penais e administrativas cabíveis.
- (D) os acréscimos de multa previstas para os tributos federais, e sujeitará o responsável às sanções penais cabíveis.